

coleção

Tempos  
Sociais

# PESQUISA SOCIAL

---

Teoria, método e criatividade

Maria Cecília de Souza  
Minayo (Organizadora)

Suely Ferreira Deslandes  
Otávio Cruz Neto  
Romeu Gomes

---

14ª EDIÇÃO



EDITORA  
VOZES

## CAPÍTULO II

# A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

*Suely Ferreira Deslandes\**

### **1. PROJETO CIENTÍFICO: ONDE SE INSERE NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO?**

Quando tratamos da pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõem a fase exploratória, além de antecederem à construção do projeto, também a sucedem. Muitas vezes, por exemplo, é necessário uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões, tais como os instrumentos de investigação e o grupo de pesquisa. Tendo uma visão mais ampla, podemos dizer que a construção do projeto é, inclusive, uma etapa da *fase exploratória*.

A *fase exploratória* de uma pesquisa é, sem dúvida, um de seus momentos mais importantes. Pode, até mesmo, ser considerada uma *pesquisa exploratória* (Mi-

---

\* Socióloga, Mestranda em Saúde Pública, Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde – ENSP/FIOCRUZ.

nayo, 1992). Compreende várias fases da construção de uma trajetória de investigação:

- a) a escolha do tópico de investigação;
- b) a delimitação do problema;
- c) a definição do objeto e dos objetivos;
- d) a construção do marco teórico conceitual;
- e) a escolha dos instrumentos de coleta de dados;
- f) a exploração de campo.

Importante alertarmos que uma *fase exploratória* conduzida de maneira precária trará grandes dificuldades à investigação como um todo.

Então, quando termina a *fase exploratória* de uma pesquisa? Formalmente, a *fase exploratória* termina quando o pesquisador definiu seu objeto de pesquisa, construiu o marco teórico conceitual a ser empregado, definiu os instrumentos de coleta de dados, escolheu o espaço e o grupo de pesquisa, definiu a amostragem e estabeleceu estratégias para entrada no campo. Daí conclui-se que não é possível determinar com tanto rigor seu término. Contudo, é imprescindível que o pesquisador programe o final desta etapa, incluindo-a num cronograma.

A *fase exploratória* se alicerça em muitos esforços:

- 1) de *pesquisa bibliográfica* disciplinada, crítica e ampla:
  - a) disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática – os fichamentos são um bom procedimento;

b) crítica porque devemos estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação por nós escolhido;

c) ampla porque deve dar conta do “estado” do conhecimento atual sobre o problema;

2) de *articulação* criativa, seja na delimitação do objeto de pesquisa, seja na aplicação de conceitos;

3) de *humildade*, ou seja, reconhecendo que todo conhecimento científico tem sempre um caráter:

a) aproximado, isto é, se faz sempre a partir de outros conhecimentos sobre os quais se questiona, se aprofunda ou se critica;

b) provisório;

c) inacessível em relação à totalidade do objeto, isto é, as idéias ou explicações que fazemos da realidade estudada são sempre mais imprecisas do que a própria realidade;

d) vinculada à vida real – a rigor, um problema intelectual surge a partir de sua existência na vida real e não “espontaneamente”;

e) condicionado historicamente (Minayo, 1992).

Seguiremos o texto optando por detalhar melhor as etapas da *fase exploratória* já no item *construção do projeto*. Entendemos que esta forma de proceder agiliza a dimensão prática para a construção das etapas necessárias à investigação que deverão ser esboçadas no projeto.

## 2. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO

### 2.1. Introdução

Quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. Estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê). Esta etapa de reconstrução da realidade, entendida aí enquanto a definição de um objeto de conhecimento científico e as maneiras para investigá-lo, traz em si muitas dimensões. Ao elaborarmos um projeto científico, estaremos lidando, ao mesmo tempo, com pelo menos três dimensões importantes que são interligadas.

A *dimensão técnica* trata das regras reconhecidas como científicas para a construção de um projeto, isto é, como definir um objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para a investigação. Sendo que *técnica* sempre diz respeito à montagem de instrumentos (Demo, 1991), o projeto de pesquisa é visto neste sentido como um instrumento da investigação.

A *dimensão ideológica* se relaciona às escolhas do pesquisador. Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas. A neutralidade da investigação científica é um mito.

Não estamos, é certo, nos referindo a uma visão maniqueísta, onde o pesquisador reconstrói a realidade com “segundas intenções políticas”. Estamos, sim, falando de uma característica intrínseca ao conhecimento

científico: ele é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto.

A *dimensão científica* de um projeto de pesquisa articula estas duas dimensões anteriores.

A pesquisa científica ultrapassa o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico.

Neste capítulo estaremos dando ênfase à dimensão técnica na questão da construção de um projeto. Estamos propondo uma introdução a este tema, entendendo que dominar a técnica é também viabilizar o acesso ao conhecimento.

## **2.2. O que é um projeto de pesquisa?**

Fazemos um projeto de pesquisa para mapear um caminho a ser seguido durante a investigação. Buscamos, assim, evitar muitos imprevistos no decorrer da pesquisa que poderiam até mesmo inviabilizar sua realização. Outro papel importante é esclarecer para o próprio investigador os rumos do estudo (o que pesquisar, como, por quanto tempo etc.). Além disso, um pesquisador necessita comunicar seus propósitos de pesquisa para que seja aceita na comunidade científica e para obter financiamentos. O “meio de comunicação”

reconhecido no mundo científico é o projeto de pesquisa. Através deste, outros especialistas poderão tecer comentários e críticas, contribuindo para um melhor encaminhamento da pesquisa. É importante lembrarmos que a pesquisa científica engloba sempre uma instância coletiva de reflexão.

Ao alcançar a forma de projeto, o pesquisador já empreendeu alguns esforços anteriores (Holanda, 1975): a) Estudos preliminares, cujo objetivo maior é a definição do problema, possibilitando ao investigador perceber os alcances e limites da pesquisa proposta; b) Realização de um anteprojetado, isto é, um estudo mais planejado dos aspectos que comporão a pesquisa, definidos de forma mais ampla, sem grande rigor ainda.

O projeto de pesquisa deve, fundamentalmente, responder as seguintes perguntas (Barros e Lehfeld, 1986; Rudio, 1986):

- o que pesquisar? (Definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual);
- por que pesquisar? (Justificativa da escolha do problema);
- para que pesquisar? (Propósitos do estudo, seus objetivos);
- como pesquisar? (Metodologia);
- quando pesquisar? (Cronograma de execução);
- com que recursos? (Orçamento);
- pesquisado por quem? (Equipe de trabalho, pesquisadores, coordenadores, orientadores).

O projeto de pesquisa deve esclarecer sobre os vários elementos que irão compor a investigação.

### **2.3. Os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa**

#### *A. Definição do tema e escolha do problema ou Definição do objeto*

O tema de uma pesquisa indica uma *área de interesse* a ser investigada. Trata-se de uma delimitação ainda bastante ampla. Por exemplo, quando alguém diz que deseja estudar a questão da “violência conjugal” ou a “prostituição masculina”, está se referindo ao assunto de seu interesse. Contudo, é necessário para a realização de uma pesquisa um recorte mais “concreto”, mais preciso deste assunto. Ao formularmos perguntas ao tema e ao assunto proposto, estaremos construindo sua problematização.

A definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil. Embora possa parecer uma “recaída” positivista, vale lembrar que uma maneira de facilitar este primeiro momento de impasse é a descrição do problema especulando sobre seu campo de observação em relação a algumas variáveis (Rudio, 1986).

Esta medida deve ser entendida como provisória para melhor aclarar o objeto proposto e não como “molde” restritivo. Passemos ao exemplo.

Quando dizemos que vamos estudar a “violência conjugal”, delimitamos aí, muito amplamente, o campo de observação: casais (legalmente casados ou não). Se



acrescentamos que o interesse é por “maridos que espancam suas esposas ou companheiras”, conferimos ao assunto uma variável a ser observada. Se afirmamos ainda que desejamos saber como tais espancamentos são vistos ou representados pelas mulheres vitimizadas, apontamos outra variável. Expressamos então o intuito de relacionar duas variáveis: o espancamento que maridos realizam em suas esposas e a representação destas sobre este acontecimento.

Desta forma poderíamos enunciar o tema já problematizado desta pesquisa, ou seja, nosso objeto: “A representação sobre espancamentos elaborada a partir de mulheres maltratadas por seus esposos ou companheiros”.

Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico.

Diversos autores sugerem que o problema deve ter algumas características. As mais plausíveis seriam (Gil, 1988):

a) Deve ser formulado como pergunta. Esta maneira parece ser a mais fácil para se formular um problema, além do que facilita sua identificação por quem consulta o projeto de pesquisa. Segundo, em nosso exemplo anterior, teríamos: qual a representação sobre espancamentos é articulada pelas mulheres maltratadas por esposos ou companheiros? Ou se optamos por um estudo mais exploratório do tema, poderíamos dizer: “Quais os fatores que levam os maridos a espancarem suas esposas?”

b) O problema deve ser claro e preciso. Exemplo de imprecisão: “Como funciona a mente dos maridos que espancam suas esposas?” Parece pouco provável que possa ser respondida pergunta tão vasta.

c) Deve ser delimitado a uma dimensão variável. O problema é, às vezes, formulado de maneira muito ampla, impossível de ser investigado. Por exemplo, alguém deseja estudar o que pensam as mulheres sobre o fato de maridos espancarem suas esposas. Contudo, nunca conseguirá saber o que pensam todas as mulheres sobre o assunto. Então deverá restringir-se, por exemplo, à opinião daquelas mulheres que sofrem tal problema, numa localidade específica.

Às vezes, problemas propostos não se encaixam a estas regras. Um caso típico é o dos temas pouco estudados ou muito recentes que carecem de pesquisas exploratórias posteriores à elaboração do projeto.

A escolha de um problema merece que o pesquisador faça sérias indagações (Rudio, 1986):

- a) Trata-se de um problema original?
- b) O problema é relevante?
- c) Ainda que seja “interessante”, é adequado para mim?
- d) Tenho hoje possibilidades reais para executar tal estudo?
- e) Existem recursos financeiros para a investigação deste tema?
- f) Terei tempo suficiente para investigar tal questão?

### *B. Definição da base teórica e conceitual*

A definição teórica e conceitual é um momento crucial da investigação científica. É sua base de sustentação.

Remetendo este item a uma dimensão técnica, devemos dizer que é imprescindível a definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos a serem utilizados.

Devemos tomar cuidado para não reescrevermos a obra dos autores que embasam a teoria escolhida, reconstruindo um verdadeiro tratado e certamente de menor qualidade. Devemos, então, ser sintéticos e objetivos, estabelecendo, primordialmente, um diálogo entre a teoria e o problema a ser investigado.

### *C. Formulação de hipóteses*

A inclusão das hipóteses no campo da pesquisa social é muitas vezes criticada como um comportamento positivista, onde as conclusões de uma pesquisa deveriam sempre resultar de “respostas objetivas” construídas ao longo da investigação.

Buscaremos aqui, relativizando estes parâmetros objetivistas, encarar a formulação de hipóteses como uma tentativa de criar indagações a serem verificadas na investigação. Portanto, consideramos que este item pode ser substituído ou encarado como uma formulação de pressupostos ou de questões. Enfim, como um diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada. São, em suma, afirmações

provisórias a respeito de determinado problema em estudo (Minayo, 1992).

Um estudo pode articular uma ou mais hipóteses. As hipóteses são elaboradas a partir de fontes diversas, tais como a observação, resultados de outras pesquisas, teorias ou mesmo intuição (Gil, 1987).

Possui também algumas características para ser considerada uma “hipótese aplicável”:

a) Deve ter conceitos claros. Por exemplo, a hipótese de que “as mulheres dependentes de seus maridos tendem a justificar os atos violentos destes” deixa muitas ambigüidades. O conceito “dependentes” está se referindo a que realidade? Psicológica, econômica ou cultural?

b) Deve ser específica. Muitas hipóteses, apesar de claras, são expressas em termos muito amplos. Retomando nosso exemplo, ao formular a hipótese que “os maridos que batem em suas esposas, na sua maioria, detêm um status econômico baixo”, abarca uma definição muito ampla. Deve-se especificar em termos mais concretos o conceito “status econômico” referindo-se talvez à remuneração, ocupação, nível educacional, renda “per capita” da família.

c) Não deve se basear em valores morais. Algumas hipóteses lançam adjetivos duvidosos, como “bom”, “mau”, “prejudicial” etc.

d) O último item e o mais importante diz respeito a que toda hipótese deva ter como base uma teoria que a sustente.

#### *D. Justificativa*

Trata-se da relevância, do por que tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Que contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa?

A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

#### *E. Objetivos*

Buscamos aqui responder ao que é pretendido com a pesquisa, que metas almejamos alcançar ao término da investigação. É fundamental que estes objetivos sejam possíveis de serem atingidos. Geralmente se formula um objetivo geral, de dimensões mais amplas, articulando-o a outros objetivos mais específicos.

Sugerimos a utilização dos verbos no infinitivo para a descrição dos objetivos.

Por exemplo, podemos ter como objetivo: “Analisar os fatores que desencadeiam ou predispõem a agressão de maridos contra suas companheiras” ou “Conhecer as opiniões das mulheres maltratadas por maridos sobre a violência por elas sofrida”.

#### *F. Metodologia*

Geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição

formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico.

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

Definiremos, sinteticamente, os principais elementos da metodologia.

a) *Definição da amostragem.* A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

b) *Coleta de dados.* Devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo.

c) *Organização e análise de dados.* Devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possí-

veis para a análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados.

### *G. Custos ou orçamento*

Este item estará presente somente nos projetos que pleiteiam financiamento para sua realização.

Geralmente os gastos são agrupados em duas categorias: gastos com pessoal e gastos com material permanente, como máquinas, móveis e de consumo.

Alguns lembretes importantes:

a) O orçamento sugerido deve indicar algum mecanismo que o proteja da inflação;

b) A priori, devemos buscar saber o que a entidade, à qual será enviado o projeto, financia e o que ela não financia. Por exemplo, algumas entidades financiadoras não subsidiam determinados gastos, como transportes ou materiais.

Um bom lembrete é saber que cada instituição financiadora tem um formato específico de projeto.

### *H. Cronograma*

O projeto deve traçar o tempo necessário para a realização de cada uma das etapas propostas. Muitas tarefas podem, inclusive, ser realizadas simultaneamente.

A forma mais usual é a do gráfico, onde são cruzados o tempo (mês 1, mês 2 etc.) e as tarefas da pesquisa

(revisão bibliográfica, montagem de instrumentos de coleta, pré-testes dos instrumentos, aplicação dos instrumentos e fase de análise).

### *I. Referências bibliográficas*

Geralmente num projeto científico muitos autores e dados são citados. No corpo do projeto deve ser feita citação breve que possibilite maior agilização da leitura. Em seguida, ao final do projeto todas as citações feitas serão listadas de forma integral num item à parte.

Na realidade, existe uma grande variedade de normas para a citação bibliográfica. Optaremos pela forma que consideramos a mais prática, ilustrando-a com exemplos simples.

Podemos citar literalmente, utilizando as aspas e reproduzindo fielmente o texto, ou fazer uma “apropriação de idéias” de determinado autor. A primeira forma é a mais rigorosa, pois dificulta apropriações indébitas das idéias daquele autor. Na segunda forma, enunciamos determinada idéia ou fato e colocamos entre parênteses autor e ano de publicação. Da citação de um livro deverá constar (Eco, 1985):

1. Nome e sobrenome do autor (ou organizador, ou autores);
2. Título do livro e subtítulo, em grifo, sem aspas;
3. Coleção, se for o caso;
4. Número da edição se houver mais de uma;
5. Cidade e edição – se não constar, escrever “S.L.” (sem local);



6. Editor (editora);

7. Data da edição – se não constar, escrever “S.D.” (sem data);

8. Número de volumes, se for o caso;

9. Se for uma tradução, deverá então constar o título em original, o nome do tradutor, local da edição original e a editora, data e número de páginas. Contudo, este procedimento não é muito usual.

Eis um exemplo:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

Suponhamos que alguém esteja citando um artigo de revista, então deverá fazer constar:

1. Nome e sobrenome do autor;
2. Título entre aspas;
3. Título da revista em grifo, sem aspas;
4. Volume e número do fascículo;
5. Mês e ano;
6. Páginas onde consta o referido artigo.

Assim teríamos:

KIRCHNER, Walter. “The black death”. *Clinical pediatrics*. V. 5, n. 7, July, 1969, p. 432-436.

Na citação de capítulo de livro de um único autor deveriam figurar os seguintes elementos:

1. Nome e sobrenome do autor;
2. Título do capítulo entre aspas;
3. In;
4. Título do livro em grifo;
5. Número do volume, se for o caso;

6. Local, editora, data e número das páginas do capítulo.

Assim:

GIL, Antonio C. "Como redigir o projeto de pesquisa?" In: *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1988, p. 144-149.

### *J. Anexos*

Anexamos, sem numeração de páginas, os modelos dos instrumentos a serem utilizados na pesquisa. Incluímos aí também os guias para preenchimento dos instrumentos, mapas da área a ser investigada etc. São anexadas, enfim, aquelas informações que o pesquisador julga necessárias para melhor compreensão do projeto.

## **2.4. A formação de um projeto de pesquisa**

Após a descrição dos elementos que constituem um projeto, a próxima pergunta decerto é: "Qual a ordem e o agrupamento destes elementos na apresentação do projeto?"

A forma de apresentação pode variar muito conforme o pesquisador. Além disso, vários institutos de pesquisa adotam apresentação padronizada segundo modelos próprios.

Apontaremos, então, um modelo operacional a ser apresentado na seguinte ordem:

1. Da primeira página deverão constar os seguintes dados:

- (a) Na margem superior, o nome do projeto;
- (b) No centro, o nome do autor do projeto;

(c) Na margem inferior, os dizeres “Projeto de Pesquisa Apresentado à (nome da instituição) Como Requisito Parcial à Obtenção (de título tal, de financiamento)”;

(d) No extremo da margem inferior, o local, o mês e o ano.

Uma observação muito importante: o título do Projeto deve conter os conceitos fundamentais que alicerçam a pesquisa. Deve ser uma síntese da investigação proposta.

2. Na segunda página deverá constar um índice com os capítulos ou itens e as respectivas páginas.

3. Da terceira página em diante deverão constar os temas:

(a) Delimitação do problema;

(b) Objetivos;

(c) Justificativa;

(d) Base Teórica e Pressupostos Conceituais e Hipóteses (ou questões e pressupostos);

(e) Metodologia;

(f) Cronograma;

(g) Estimativa de custos;

(h) Bibliografia;

(i) Anexos.

Para finalizar este capítulo, lembramos que o estilo da redação obedece a algumas qualidades essenciais (Bastos e cols., 1982):

(a) Deve ser clara, isto é, não deixar margem para ambigüidades. É bom evitar os rebuscamentos e excesso de termos.

(b) Deve ser objetiva. Assim, as questões serão tratadas de maneira direta e simples. Evitemos as frases longas.

Como recomendação geral, apontamos o fato de que não devemos misturar os tempos de verbo nem os pronomes pessoais. Se quisermos um estilo mais coloquial, usaremos a primeira pessoa: *eu* ou *nós*. Empregamos freqüentemente uma forma mais impessoal, que é a voz passiva. Por exemplo: “Encontra-se neste trabalho...”.

Estamos falando de um projeto de pesquisa, logo, o tempo verbal recomendado é o futuro uma vez que indica uma intenção de pesquisa ainda a ser realizada.

Esperamos, sinceramente, ter contribuído para a diminuição de algumas dúvidas. Sabemos também que muitas outras surgirão. Logo, indicamos alguns textos que podem ser de grande auxílio:

(a) Sobre citações bibliográficas:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

(b) Sobre estilo da redação científica e citações bibliográficas:

BASTOS, Lília R.; PAIXÃO, Lyra; FERNANDES, Lucia M. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

(c) Sobre como elaborar projetos de pesquisa:

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1985.

RUDIO, Franz V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

(d) Sobre metodologia e análise qualitativa:

MINAYO, Maria Cecília de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro-São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A.P.; LEHFELD, N.A.S. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo, McGraw-Hill, 1986.

BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.M. *Manual para a elaboração de projetos, relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 1991 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, V. 25).

ECO, U. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1987.

HOLANDA, N. *Planejamentos e projetos: uma introdução às técnicas do planejamento e elaboração de projetos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, APEC, 1975.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro-São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

RUDIO, F.V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.



### CAPÍTULO III

## O TRABALHO DE CAMPO COMO DESCOBERTA E CRIAÇÃO

Otávio Cruz Neto\*

### 1. INTRODUÇÃO

Após termos definido, através de um *projeto de pesquisa*, nosso *objeto de estudo*, surge a necessidade de selecionarmos *formas de investigar esse objeto*. Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.

Demo (1991) observa que o cientista, em sua tarefa de descobrir e criar, necessita, num primeiro momento,

---

\* Sociólogo, Mestre em Educação e Pesquisador Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.

*questionar*. Esse *questionamento* é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimentos. Definindo bem o nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade. Assim, o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.

Discutindo a importância do trabalho de campo, é necessário ressaltarmos que muitos pesquisadores vêem essa tarefa como algo restrito a determinadas ciências, tais como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e várias outras do campo das ciências sociais e humanas. No entanto, algumas áreas das ciências têm como espaço de realização de uma pesquisa o laboratório do pesquisador. Segundo nosso posicionamento a idéia de laboratório se diferencia bastante do que vamos tratar sobre trabalho de campo. Em nossa percepção, a relação do pesquisador com os sujeitos a serem estudados é de extrema importância. Isso não significa que as diferentes formas de investigação não sejam fundamentais e necessárias.

Para muitos pesquisadores, o trabalho de campo fica circunscrito ao levantamento e à discussão da produção bibliográfica existente sobre o tema de seu interesse. Esse esforço de criar conhecimento não desenvolve o que originalmente consideramos como um trabalho de campo propriamente dito. Entretanto, somos da opinião que essa dinâmica é fundamental para qualquer tipo de pesquisa. Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada

área de conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido.

Além dessas considerações, podemos dizer que a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir idéias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

Após essas observações, precisamos nos aproximar mais da idéia de *campo* que pretendemos explicitar. Num primeiro momento, realizar um trabalho de campo pode nos reportar a uma fantasia um tanto quanto exótica. Pode nos fazer lembrar estudiosos que partiam para regiões distantes em busca de culturas diferentes, para um árduo trabalho de compreensão dos distintos modos de vida desses povos. Essa percepção representa uma das possíveis dimensões da ida ao campo, uma vez que as possibilidades e os limites das diversas realidades existentes no cotidiano social permitem ao pesquisador um infinito leque de procedimentos e descobertas.

Com base em Minayo (1992), concebemos *campo de pesquisa* como o *recorte que o pesquisador faz em termos de espaço*, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. A título de exemplo, podemos citar, entre outros, o seguinte recorte:



o estudo da percepção das condições de vida dos moradores de um determinado bairro ou de uma favela. Para esse estudo, a favela ou o bairro escolhido corresponde a um campo empiricamente determinado.

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa *dinâmica de interação social*. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma *construção teórica* para transformá-los em *objetos de estudo*. Partindo da *construção teórica do objeto de estudo*, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.

Definido o objeto com uma devida fundamentação teórica, construído instrumentos de pesquisa e delimitado o espaço a ser investigado, faz-se necessário concebermos a fase exploratória do campo para que possamos entrar no trabalho propriamente dito. Seguindo esses passos, devemos observar alguns cuidados relativos à *entrada no trabalho de campo*.

## 2. A ENTRADA NO CAMPO

Vários são os obstáculos que podem dificultar ou até mesmo inviabilizar essa etapa da pesquisa. Sobre isso, faremos algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos buscar uma *aproximação* com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode

ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos. É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada.

Em segundo lugar, destacamos como importante a apresentação da *proposta de estudo* aos grupos envolvidos. Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

A relação com os atores no campo, como observa Zaluar (1985), implica no ato de cultivarmos um envolvimento compreensivo, com uma participação marcante em seus dramas diários. A autora citada diferencia essa posição de uma ação paternalista e não respeitosa para com as pessoas envolvidas no estudo.

Outro aspecto por nós destacado se refere à *postura do pesquisador em relação à problemática a ser estudada*. Às vezes o pesquisador entra em campo conside-

rando que tudo que vai encontrar serve para confirmar o que ele considera já saber, ao invés de compreender o campo como possibilidade de novas revelações. Esse comportamento pode dificultar o diálogo com os elementos envolvidos no estudo na medida em que permite posicionamentos de superioridade e de inferioridade frente ao saber que se busca entender. Além disso, esse procedimento também gera constrangimentos entre pesquisador e grupos envolvidos, podendo implicar no surgimento de falsos depoimentos e propiciando uma posição de defesa das idéias e valores desses grupos.

Por último, somos da opinião que a opção pelo trabalho de campo pressupõe um *cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada*, considerando que o mesmo não se explica por si só. Afirmamos isso por acreditarmos que a atividade de pesquisa não se restringe ao uso de técnicas refinadas para obtenção de dados. Assim, sublinhamos a idéia de que a teoria informa o significado dinâmico daquilo que ocorre e que buscamos captar no espaço em estudo.

Para conseguirmos um bom trabalho de campo, há necessidade de se ter uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas.

### 3. A ENTREVISTA ENQUANTO TÉCNICA

Entre as diversas formas de abordagem técnica do trabalho de campo, destacamos a *entrevista* e a *observação participante*. Por se tratar de importantes componentes da realização da pesquisa qualitativa, tentaremos a seguir sistematizar aspectos relevantes sobre essas técnicas. Esses aspectos que envolvem a coleta de dados qualitativos também podem ser encontrados em Chizzotti (1991).

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

Através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. Em contrapar-

tida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Em geral, as entrevistas podem ser *estruturadas* e *não-estruturadas*, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista *aberta* ou *não-estruturada*, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as *estruturadas* que pressupõem *perguntas previamente formuladas*. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como *entrevistas semi-estruturadas*.

Aprofundando essas modalidades, temos ainda, entre outras, a *discussão de grupo* e a *história de vida*. No primeiro caso, sua aplicação se dá em uma ou mais sessões, em pequenos grupos de 6 a 12 componentes, com um animador que faz intervenções no decorrer das discussões. O papel desse animador não se restringe meramente ao aspecto técnico. A relevância de sua atuação está na capacidade de interação com o grupo e de coordenação da discussão. A seleção dos participantes ocorre a partir de grupos com opiniões e idéias voltadas para o interesse da pesquisa. A *discussão de grupo* visa complementar as entrevistas individuais e a observação participante.

Em relação à *história de vida*, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações. Ela pode ser escrita ou verbalizada e abrange na versão de Denzi, citado por Minayo (1992), os seguintes tipos: a *história de vida completa*, que retrata todo o conjunto da

experiência vivida; e a *história de vida tópica*, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão.

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

#### 4. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A técnica de *observação participante* se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio

de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

A inserção do pesquisador no campo está relacionada com as diferentes situações da observação participante por ele desejada. Num pólo, temos a sua *participação plena*, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. Noutra, observamos um *distanciamento total de participação* da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação. Ambos os extremos mencionados envolvem riscos que devem ser avaliados antes de serem adotados.

Entre esses pólos extremos encontramos *variações da técnica*. Uma dessas variações diz respeito ao papel do pesquisador enquanto participante observador. Nessa situação, o pesquisador deixa claro para si e para o grupo sua relação como sendo restrita ao momento da pesquisa de campo. Nesse sentido, ele pode desenvolver uma participação no cotidiano do grupo estudado, através da observação de eventos do dia-a-dia. Outra variação se refere ao pesquisador enquanto observador participante. Isso corresponde a uma estratégia complementar às entrevistas, sendo que essa observação se dá de forma rápida e superficial.

Essas variações descritas só podem ser concebidas para fins de análise. Na realidade, nenhuma delas ocorre puramente, salvo em condições especiais.

As questões centrais da observação participante estão relacionadas aos principais momentos da realização da pesquisa, sendo um deles a entrada em campo. As

capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos nesse procedimento metodológico, e não são alcançados através de simples receitas. Um maior aprofundamento sobre o assunto pode ser buscado em Cicourel (1980), que aborda aspectos da teoria e do método em pesquisa de campo.

## 5. CONSOLIDANDO O TRABALHO DE CAMPO

A plena realização de um trabalho de campo requer, como vimos anteriormente, várias articulações que devem ser estabelecidas pelo investigador. Uma dessas diz respeito à *relação* entre a *fundamentação teórica do objeto* a ser pesquisado e o *campo* que se pretende explorar. A compreensão desse espaço da pesquisa não se resolve apenas por meio de um domínio técnico. É preciso que tenhamos uma base teórica para podermos olhar os dados dentro de um quadro de referências que nos permite ir além do que simplesmente nos está sendo mostrado.

Concordamos com Cardoso (1986) sobre a relevância que deve ser dada ao trabalho de campo e sobre o respeito pelo dado empírico. Na visão da autora citada, por melhor que seja a captação da realidade vivida, faz-se necessário um compromisso teórico-metodológico. A ênfase que devemos dar à dimensão teórico-metodológica nos permite fugir do que podemos denominar *mito da técnica*.



Nesse sentido, uma pesquisa não se restringe à utilização de instrumentos apurados de coleta de informações para dar conta de seus objetivos. Para além dos dados acumulados, o processo de campo nos leva à reformulação dos caminhos da pesquisa, através das descobertas de novas pistas. Nessa dinâmica investigativa, podemos nos tornar *agentes de mediação entre a análise e a produção de informações*, entendidas como elos fundamentais. Essa mediação pode reduzir um possível desencontro entre as bases teóricas e a apresentação do material de pesquisa.

Outra articulação necessária se refere à *interação entre o pesquisador e os atores sociais* envolvidos no trabalho. Nesse processo, mesmo partindo de planos desiguais, ambas as partes buscam uma compreensão mútua. O objetivo prioritário do pesquisador não é ser considerado um igual, mas ser aceito na convivência. Esse interagir entre pesquisador e pesquisados, que não se limita às entrevistas e conversas informais, aponta para a compreensão da fala dos sujeitos em sua ação.

Por meio dessa compreensão somos capazes de entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, bem como a delimitação dos espaços público e privado. Essas considerações baseiam-se no pressuposto de que os entrevistados não são ingênuos espectadores, nem subjetividades ao acaso ou atores não-críticos.

Paralelamente às articulações a serem observadas, surge como necessário, para nossa ação de pesquisa, o delineamento de algumas estratégias. Sobre o registro das falas dos atores sociais que participam da investiga-

ção, observamos que é possível trabalharmos com um sistema de anotação simultânea da comunicação ou fazermos uso de gravações.

Fotografias e filmagens se apresentam também como recursos de registro aos quais podemos recorrer. Esse registro visual amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado.

O uso da filmagem nos permite reter vários aspectos do universo pesquisado, tais como: as pessoas, as moradias, as festas e as reuniões. Essa técnica de documentação, que lida com os planos da imagem e da comunicação, vem sendo cada vez mais difundida. Com isso, não estamos dizendo que um bom trabalho de pesquisa deva ficar limitado ao registro visual, mas afirmamos que esse registro assume um papel complementar ao projeto como um todo. Porém, nada substitui o olhar atento de um pesquisador de campo ao evasivo próprio da realidade das relações sociais.

Dentro da idéia de registro dos dados, destacamos o uso do diário de campo. Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas.

O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferen-

tes momentos da pesquisa. Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for em anotações esse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado.

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

CARDOSO, R.C.L. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: Cardoso, R.C.L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

O artigo apresenta uma análise crítica sobre a recente produção das ciências sociais, que, inspirada na Antropologia, busca a valorização das técnicas de trabalho de campo. A preocupação da autora é com o fato de que “se esta inspiração antropológica trouxe sangue novo

para a pesquisa social, também trouxe novos temas para o debate e novos impasses metodológicos”.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.

A obra abrange informações sistematizadas sobre diversos aspectos da pesquisa. De forma sintética e breve, o autor trata das principais interrogações que fundamentam a prática da investigação social. Ressaltamos a parte dois de sua obra que aborda a estruturação da pesquisa qualitativa, bem como a coleta dos dados correspondente.

CICOUREL, A. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In: Zaluar, A. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980, p. 87-121.

Além do debate com “metodólogos” da pesquisa quantitativa, o texto em questão aborda o universo da coleta de dados qualitativos, pressupondo “a existência de uma comunidade entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa”. É sobre essa situação social específica – a pesquisa de campo ou a observação participante – que versa o artigo.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

O autor procura fundamentar uma proposta “de teoria e prática da pesquisa que ultrapasse os muros da academia e da sofisticação instrumental”. Trata da desmitificação do conceito de pesquisa, apontando seus múltiplos horizontes e reforçando a investigação enquanto descoberta, criação e diálogo. Segundo o autor, “é preciso ter em mente a necessidade de construir

caminhos e não receitas que tendem a destruir o desafio de construção”.

MINAYO, M.C. de S. “Fase de trabalho de campo”. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992, p. 105-196.

O capítulo nos traz o estudo da concepção de campo, apontando para a importância de seu conhecimento. Destaca as diferentes formas de entrevista e a observação participante como componentes essenciais do trabalho de campo. A autora discute a palavra, como símbolo de comunicação por excelência, e a interação entre o pesquisador e os atores sociais estudados, como parte fundamental da investigação qualitativa.

ZALUAR, A. “O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva”. In: *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Nessa introdução, a autora descreve sua trajetória metodológica e afetiva na realização de um aprendizado sobre o modo de vida das classes populares urbanas no conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. É um relato detalhado sobre a experiência de trabalho no campo que fundamentou seu estudo.



## CAPÍTULO IV

# A ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA

*Romeu Gomes\**

### 1. INTRODUÇÃO

Quando chegamos à *fase de análise de dados*, podemos pensar que estamos no final da pesquisa. No entanto, podemos estar enganados porque essa fase depende de outras que a precedem. Às vezes, nossos dados não são suficientes para estabelecermos conclusões e, em decorrência disso, devemos retornar à fase de coleta de dados para suplementarmos as informações que nos faltam. Outras vezes, podemos dispor dos dados, mas o problema da pesquisa, os objetivos e as hipóteses e/ou questões não estão claramente definidas. Nesse caso, devemos redefinir esses aspectos da fase exploratória da pesquisa. Também pode acontecer que não tenhamos

---

\* Mestre em Educação, Livre-Docente em Psicologia da Educação e Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ.

uma fundamentação teórica bem estruturada e, devido a isso, torna-se necessário reestudarmos os conhecimentos que embasam nossa pesquisa.

Suponhamos que as situações mencionadas acima não aconteceram ou foram resolvidas. Isso ocorrendo, estaremos realmente na fase de análise. Em alguns livros costumam aparecer as denominações *análise e interpretação*. Há autores que entendem a “análise” como *descrição dos dados* e a “interpretação” como *articulação dessa descrição* com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa. Outros autores já compreendem a “análise” num sentido mais amplo, abrangendo a “interpretação”. Somos partidários desse posicionamento por acreditarmos que a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa.

Na medida em que estamos tratando de análise em pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer de que, apesar de mencionarmos uma fase distinta com a denominação “análise”, durante a fase de coleta de dados a análise já poderá estar ocorrendo. Na obra de Triviños (1987), esse posicionamento é bem defendido.

Minayo (1992) chama a atenção para *três obstáculos para uma análise eficiente*. O primeiro diz respeito à *ilusão do pesquisador* em ver as conclusões, à primeira vista, como “transparentes”, ou seja, pensar que a realidade dos dados, logo de início, se apresenta de forma nítida a seus olhos. Quanto maior for a familiaridade que o pesquisador tenha em relação àquilo que ele está pesquisando, maior poderá ser sua ilusão de que os resultados sejam óbvios numa primeira visão. Essa ilu-

são pode nos levar a uma simplificação dos dados, nos conduzindo a conclusões superficiais ou equivocadas.

O segundo obstáculo se refere ao fato de o pesquisador se envolver tanto com os métodos e as técnicas a ponto de *esquecer os significados* presentes em seus dados. Nesse caso, os dados coletados que compõem a análise podem não ser devidamente considerados, uma vez que a dimensão central da pesquisa se restringe a questionamentos dos procedimentos metodológicos.

Por último, o terceiro obstáculo para uma análise mais rica da pesquisa relaciona-se à dificuldade que o pesquisador pode ter em articular as conclusões que surgem dos dados concretos com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos. Esse fato pode produzir um *distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa*. Esse e os outros dois obstáculos podem ser ultrapassados através de, entre outros aspectos, uma maior fundamentação e uma maior experiência por parte do pesquisador.

Após essas considerações iniciais, faz-se necessário que reflitamos um pouco sobre as *finalidades da fase de análise*. Com base em Minayo (1992), podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social.



## 2. TRABALHANDO COM CATEGORIAS

A palavra *categoria*, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de *classe* ou *série*. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

As categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados. Aquelas estabelecidas antes são conceitos mais gerais e mais abstratos. Esse tipo requer uma fundamentação teórica sólida por parte do pesquisador. Já as que são formuladas a partir da coleta de dados são mais específicas e mais concretas. Segundo nosso ponto de vista, o pesquisador deveria antes do trabalho de campo definir as categorias a serem investigadas. Após a coleta de dados, ele também deveria formulá-las visando a classificação dos dados encontrados em seu trabalho de campo. Em seguida, ele compararia as categorias gerais, estabelecidas antes, com as específicas, formuladas após o trabalho de campo.

Para que fique mais claro o que significa *trabalhar com categorias*, vamos exemplificar com uma situação hipotética de pesquisa. Imaginemos que vamos pesquisar a temática “Trabalho e Lazer” numa fábrica. Nosso objetivo geral poderia ser “analisar como se configuram

as relações entre trabalho e lazer para os operários de uma fábrica”, e um dos objetivos específicos poderia ser “identificar o significado de lazer segundo a opinião dos trabalhadores”.

Dentro dessa linha, trabalharíamos com a categoria geral, entre outras, de *representação social*. Essa categoria estaria sendo entendida como pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade.

A partir dessa base, façamos de conta que um de nossos procedimentos de investigação seria a entrevista e uma das questões a serem pesquisadas junto aos operários seria a seguinte: “O que é lazer para você? Fale livremente sobre isso”.

Após o trabalho de campo, suponhamos que, entre as respostas gravadas dos entrevistados, teríamos os seguintes trechos das falas dos trabalhadores:

- a) “... lazer é o mesmo que ir pra praia ou ao cinema, acho que é isso”.
- b) “... pra mim é quando eu tou sem trabalhar...”
- c) “... eu tou de lazer quando não tou fazendo nada...”
- d) “... lazer? Não sei o que é não...”
- e) “... a gente tá de lazer quando tá bebendo ou dançando...”

Se fôssemos estabelecer categorias a partir desses trechos de respostas, poderíamos chegar ao seguinte esquema:

Conjunto de três categorias relacionadas ao lazer:

- menciona lazer como algo em oposição ao trabalho (respostas “b” e “c”);
- menciona lazer como diversão (respostas “a” e “e”);
- não menciona nada sobre o assunto (resposta “d”);

Com base na obra de Selltiz e outros autores (1965), podemos apontar *três princípios de classificação* para estabelecermos *conjuntos de categorias*. O primeiro se refere ao fato de que o conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de único princípio de classificação. Já o segundo princípio diz respeito à idéia de que um conjunto de categorias deve ser exaustivo, ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto. Por último, o terceiro se relaciona ao fato de que as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de duas categorias.

O conjunto de categorias formulado hipoteticamente por nós parece que segue esses três princípios. Vejamos por que: em primeiro lugar, o princípio para montarmos o esquema de categorias foi a partir de exemplos de situações que caracterizassem lazer – nesse sentido, atendemos ao primeiro princípio que é o de termos o mesmo critério para estabelecer categorias; em segundo lugar, as três categorias permitem situar todas as cinco respostas – com isso, respeitamos a idéia de “exaustividade”, ou seja, é possível incluir qualquer resposta numa das três categorias; por último, nossas categorias são mutuamente exclusivas porque, por

exemplo, as respostas “a” e “e” só podem ser alocadas na primeira categoria.

Nosso esquema de categorias relacionadas ao lazer poderia ser ampliado se nós fizéssemos a mesma pergunta para operários da fábrica e para supervisores e/ou patrões. Assim, teríamos um conjunto de categorias relativo aos trabalhadores e outro relacionado aos dirigentes.

Após a formulação das categorias específicas sobre lazer e sua análise, seguindo nosso roteiro, deveríamos agora articular esses dados com nossas categorias gerais, definidas na fase anterior ao trabalho de campo. No caso da categoria geral “representação social”, se adotássemos, por exemplo, a concepção teórica da dialética marxista, tentaríamos entender historicamente como as idéias de lazer verificadas em nossos dados foram determinadas pelas condições de existência de classes sociais numa sociedade capitalista. Tentaríamos aprofundar as contradições existentes entre as idéias de “lazer” e “trabalho” no caso dos operários entrevistados. Confrontaríamos as idéias dos trabalhadores com as da classe de dirigentes. Buscaríamos pensar sobre as possibilidades de transformações da situação por nós constatada. E assim por diante.

Nem sempre a tarefa de formular categorias a partir dos dados coletados é simples. Às vezes, essa tarefa pode se transformar numa ação complexa e isso só pode ser ultrapassado com a fundamentação e a experiência do pesquisador. Por outro lado, a articulação das categorias configuradas a partir dos dados com as categorias gerais também requer sucessivos aprofundamentos so-

bre as relações entre a base teórica do pesquisador e os resultados por ele investigados.

### 3. A ANÁLISE DE CONTEÚDOS

A técnica de *análise de conteúdo*, atualmente compreendida muito mais como um conjunto de técnicas, surgiu nos Estados Unidos no início do atual século. Seus primeiros experimentos estavam voltados para a comunicação de massa. Até os anos 50 predominava o aspecto quantitativo da técnica que se traduzia, em geral, pela contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas.

Atualmente podemos destacar duas *funções na aplicação da técnica*. Uma se refere à *verificação de hipóteses e/ou questões*. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa.

Os empregos da *análise de conteúdos* são bastante variados. No sentido de melhor ilustrar essa afirmação, citamos os seguintes exemplos: analisar obras de um romancista para identificar seu estilo e/ou para descrever a sua personalidade; analisar depoimentos de telespectadores que assistem a uma determinada emissora ou de leitores de um determinado jornal para determinar os

efeitos dos meios de comunicação de massa; analisar textos de livros didáticos para o desmascaramento de ideologia subjacente; analisar depoimentos de representantes de um grupo social no sentido de levantar o universo vocabular desse grupo.

Podemos optar por vários tipos de *unidades de registro* para analisarmos o conteúdo de uma mensagem. Essas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade do estudo. A frase ou a oração também são outros exemplos de unidade de registro. Outra unidade é o tema que se refere a uma unidade maior em torno da qual tiramos uma conclusão. Esse tipo de unidade é uma das modalidades mais utilizadas por aqueles que empregam a análise de conteúdos. Ainda podem ser unidades de registro o personagem de uma narrativa, o acontecimento relatado e o documento (livro, artigo, filme etc.). Essas unidades podem ser combinadas dependendo da natureza do estudo.

Além das unidades de registro, devemos definir as *unidades de contexto*, situando uma referência mais ampla. Em outras palavras, devemos precisar o contexto do qual faz parte a mensagem.

Escolhidas a *unidade* ou as *unidades de registro* e as *unidades de contexto*, uma das técnicas mais comuns para se trabalhar os conteúdos é a que se volta para a elaboração de categorias. Já apresentamos, no item 2, princípios para se trabalhar com essa questão.

Cronologicamente, a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do

material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na *primeira fase*, em geral, organizamos o material a ser analisado. Nesse momento, de acordo com os objetivos e questões de estudo, definimos, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias. Para isso, faz-se necessário que façamos uma leitura do material no sentido de tomarmos contato com sua estrutura, descobrirmos orientações para a análise e registrarmos impressões sobre a mensagem.

Na *segunda fase*, o momento é de aplicarmos o que foi definido na fase anterior. É a fase mais longa. Pode haver necessidade de fazermos várias leituras de um mesmo material.

A *terceira fase*, em geral, ocorre a partir de princípios de um tratamento quantitativo. Entretanto, como estamos apresentando procedimentos de análise qualitativa, nessa fase devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Sem excluir as informações estatísticas, nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando.

A análise de conteúdo vem sofrendo críticas em nossa atualidade. Entre essas críticas, ressalta-se a que entende essa análise como uma técnica de interpretação de textos, com pouca articulação com os contextos das mensagens veiculadas. Para os que se interessam em aprofundar mais o estudo sobre essa técnica de análise, recomendamos as obras de Bardin (1979), Richardson (1985) e Triviños (1987).

#### 4. UMA PROPOSTA DIALÉTICA PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Na obra de Minayo (1992), há uma proposta de interpretação qualitativa de dados que consideramos bastante adequada e, por isso, passamos a apresentá-la a seguir.

A autora citada denomina sua proposta de *método hermenêutico-dialético*. Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, *o interior da fala*. E, como ponto de chegada, *o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala*.

Podemos destacar dois pressupostos desse método de análise. O primeiro diz respeito à idéia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento. Já o segundo se refere ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. A autora também entende que os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre numa aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado de pesquisa.

*O primeiro nível de interpretação* que deve ser feito, segundo a proposta em questão, é o das determinações fundamentais. Esse nível, entre outros aspectos, diz respeito à: conjuntura sócio-econômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado; história desse grupo e política que se relaciona a esse grupo. Essas determinações (contexto sócio-histórico) já devem ser definidas na fase exploratória da pesquisa. As



categorias gerais, comentadas no item 2, são formuladas a partir dessas definições.

O *segundo nível de interpretação* baseia-se no encontro que realizamos com os fatos surgidos na investigação. Esse nível é, ao mesmo tempo, ponto de partida e ponto de chegada da análise. As comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais são aspectos a serem considerados nesse nível de interpretação.

A autora ainda apresenta os seguintes *passos para a operacionalização* de sua proposta:

(a) *Ordenação dos dados*: Neste momento, faz-se um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo. Aqui estão envolvidos, por exemplo, transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação participante.

(b) *Classificação dos Dados*: Nesta fase é importante termos em mente que o dado não existe por si só. Ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre eles, com base numa fundamentação teórica. Através de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante (“estruturas relevantes dos atores sociais”). Com base no que é relevante nos textos, nós elaboramos as categorias específicas. Nesse sentido, determinamos o conjunto ou os conjuntos das informações presentes na comunicação. A orientação fornecida no item 2 (“Trabalhando com Categorias”) pode ser seguida neste momento.

(c) *Análise final*: Neste momento, procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais

teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Após a apresentação dessa proposta de análise com base em Minayo (1992), reforçamos, a título de conclusão, que o *produto final da análise de uma pesquisa*, por mais brilhante que seja, *deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa*. Esse posicionamento por nós partilhado se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.

A obra é considerada uma das mais completas sobre a técnica de análise de conteúdo. O autor, além de discutir sobre uma fundamentação teórica, sistematiza questões metodológicas e apresenta várias modalidades técnicas.

MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

Apesar de a autora remeter seu livro para o campo da saúde, seu texto é fundamental para a pesquisa social em geral. Especificamente em relação à parte por nós abordada, Minayo apresenta, no capítulo 4, de uma

forma densa, bases e proposta para uma análise qualitativa de dados de pesquisa.

RICHARDSON, R.J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1985.

O livro consiste num manual de pesquisa. Para nossos fins, particularmente, destacaríamos o capítulo 11, que apresenta procedimentos de análise de conteúdo; e parte do capítulo 12, que, de forma bem resumida, aborda a interpretação dos dados em uma pesquisa histórica.

SELLTIZ et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, EPU, 1965.

A obra é clássica no âmbito da pesquisa em ciências sociais. Destacamos, para um maior enriquecimento de análise em pesquisa qualitativa, parte do capítulo 11 que descreve como estabelecer categorias.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Ática, 1987.

O autor apresenta uma introdução à pesquisa qualitativa bem fundamentada. Seu texto é voltado para a educação. No entanto, suas colocações sobre o assunto servem para profissionais em geral da área de ciências sociais. Ressaltamos duas partes do capítulo 5: uma que apresenta a técnica de análise de conteúdo e outra que sintetiza princípios para a interpretação dos dados na pesquisa qualitativa.

